



22 de dezembro de 2023
CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS POR SETOR INSTITUCIONAL (BASE 2016)
3º Trimestre de 2023

O SALDO EXTERNO DA ECONOMIA AUMENTOU PARA 2,7% DO PIB

A economia portuguesa registou uma capacidade de financiamento de 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB) no 3º trimestre de 2023¹, mais 1,0 pontos percentuais (p.p.) que no trimestre anterior. O Rendimento Nacional Bruto (RNB) e o Rendimento Disponível Bruto (RDB) aumentaram ambos 2,4% (crescimentos de 2,3% e 2,4% no trimestre anterior, respetivamente). O aumento do saldo externo da economia refletiu principalmente a melhoria dos saldos das Administrações Públicas (AP) e das Famílias² em 0,5 p.p. do PIB.

O RDB das Famílias aumentou 1,9% face ao trimestre anterior, verificando-se crescimentos de 2,3% e 0,6% das remunerações e do Valor Acrescentado Bruto (VAB), respetivamente. A despesa de consumo final aumentou 1,1% (1,6% no trimestre anterior), determinando o aumento da taxa de poupança para 6,6% (5,8% no trimestre anterior), o que conduziu a uma capacidade de financiamento de 1,1% do PIB (0,6% do PIB no trimestre anterior). Em termos reais, o RDB ajustado *per capita* das Famílias aumentou 0,7% no 3º trimestre de 2023.

O saldo das SNF fixou-se em -1,1% do PIB, melhorando em 0,2 p.p. face ao 2º trimestre de 2023. O VAB registou um aumento de 2,3%, menos 0,9 p.p. que o trimestre anterior, enquanto a Formação Bruta de Capital cresceu 2,7%.

O saldo das Sociedades Financeiras fixou-se em 2,2% do PIB, com o VAB do setor a crescer 9,3% no 3º trimestre de 2023, refletindo o crescimento da margem de intermediação financeira obtida pelas instituições bancárias na concessão de crédito e na captação de depósitos, devido ao aumento das taxas de juro, em particular sobre os créditos.

O saldo do setor das AP aumentou 0,5 p.p. no ano terminado no 3º trimestre de 2023, passando de um saldo nulo no 2º trimestre para uma capacidade líquida de financiamento de 0,5% do PIB, em resultado de um aumento da receita (2,9%) superior ao aumento da despesa (1,9%). Considerando os valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP no 3º trimestre de 2023 atingiu 5 235,9 milhões de euros, correspondendo a 7,7% do PIB, o que compara com 6,6% no período homólogo. Face ao mesmo período do ano anterior, verificou-se um aumento de 10,7% da receita e de 8,0% da despesa.

¹ Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente (ver notas metodológicas no final deste destaque). As taxas de variação são apresentadas em termos nominais.

² Inclui Famílias e Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias.



Economia portuguesa apresentou um saldo positivo de 2,7% do PIB

A economia portuguesa apresentou um saldo positivo de 2,7% do PIB no 3º trimestre de 2023, mais 1,0 p.p. que no trimestre anterior. O PIB nominal aumentou 2,3% face ao trimestre anterior e 10,2% comparativamente ao trimestre homólogo. O Rendimento Nacional Bruto (RNB) e o Rendimento Disponível Bruto (RDB) aumentaram ambos 2,4% (crescimentos de 2,3% e 2,4% no trimestre anterior, respetivamente).

O aumento do RDB da economia no 3º trimestre de 2023 foi superior ao crescimento de 1,2% da despesa de consumo final (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP), o que determinou o aumento de 7,1% da poupança bruta da economia. No 3º trimestre de 2023, a poupança bruta representou 21,0% do PIB (mais 0,9 p.p. que no trimestre anterior e mais 1,8 p.p. que no trimestre homólogo).

O aumento da poupança determinou a melhoria do saldo da economia em 1,0 p.p., que passou para 2,7% do PIB no 3º trimestre de 2023. Considerando os valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, a capacidade de financiamento representou 5,7% do PIB no 3º trimestre de 2023 (2,3% no trimestre anterior e 1,9% no trimestre homólogo).

Quadro 1. PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
3ºT 2020	203 015	-1,3	199 518	-1,0	204 660	-1,0
4ºT 2020	200 519	-1,2	197 398	-1,1	202 446	-1,1
1ºT 2021	199 253	-0,6	196 450	-0,5	201 822	-0,3
2ºT 2021	207 354	4,1	204 560	4,1	210 495	4,3
3ºT 2021	211 407	2,0	208 566	2,0	214 762	2,0
4ºT 2021	216 053	2,2	213 892	2,6	220 012	2,4
1ºT 2022	223 151	3,3	220 542	3,1	226 474	2,9
2ºT 2022	230 187	3,2	227 455	3,1	232 928	2,8
3ºT 2022	236 213	2,6	232 517	2,2	238 118	2,2
4ºT 2022	242 341	2,6	239 012	2,8	244 968	2,9
1ºT 2023	248 484	2,5	244 849	2,4	250 986	2,5
2ºT 2023	254 470	2,4	250 516	2,3	256 939	2,4
3ºT 2023	260 325	2,3	256 617	2,4	263 024	2,4



Quadro 2. Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (em % do PIB, ano acabado no trimestre)

Ano acabado no trimestre	Sociedades Não Financeiras	Sociedades Financeiras	Administrações Públicas	Famílias e ISFLSF	Total da economia
3ºT 2020	-2,6	2,3	-4,1	4,5	0,1
4ºT 2020	-2,2	2,6	-5,8	5,2	-0,2
1ºT 2021	-2,2	2,7	-7,0	6,7	0,2
2ºT 2021	-1,0	2,2	-5,9	4,9	0,2
3ºT 2021	-2,4	2,4	-3,9	4,6	0,7
4ºT 2021	-2,8	2,4	-2,9	3,9	0,6
1ºT 2022	-2,9	2,2	-1,7	2,0	-0,4
2ºT 2022	-3,6	1,8	0,1	1,3	-0,5
3ºT 2022	-4,0	1,4	1,0	0,7	-0,8
4ºT 2022	-2,5	1,7	-0,3	0,7	-0,4
1ºT 2023	-1,7	1,9	0,1	0,2	0,5
2ºT 2023	-1,3	2,4	0,0	0,6	1,7
3ºT 2023	-1,1	2,2	0,5	1,1	2,7

A melhoria do saldo da economia refletiu principalmente o aumento de 0,5 p.p. registado nos saldos das AP e das Famílias.

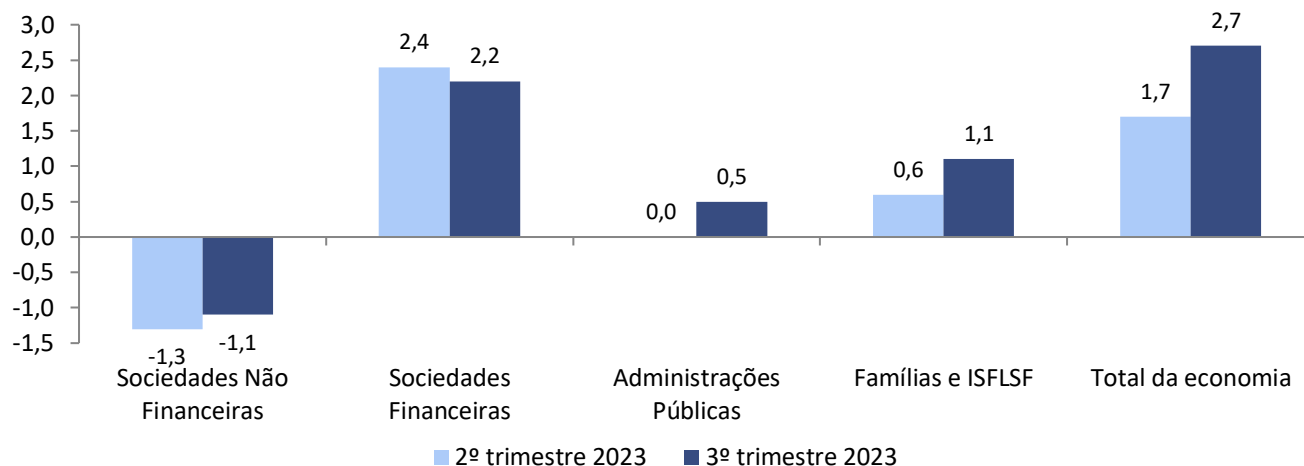
A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras atingiu 2,2% do PIB no 3º trimestre de 2023, menos 0,2 p.p. que no trimestre anterior, refletindo o agravamento do saldo negativo dos rendimentos de propriedade. A necessidade de financiamento das SNF diminuiu para 1,1% do PIB, menos 0,2 p.p. que no trimestre anterior, na sequência do aumento de 2,3% do VAB no 3º trimestre de 2023.

A capacidade de financiamento das Famílias situou-se em 1,1% do PIB, refletindo o aumento da poupança em consequência do crescimento de 1,9% do RDB, superior ao do consumo privado (variação de 1,1%).

O saldo do setor das AP aumentou 0,5 p.p. no ano terminado no 3º trimestre de 2023, passando de um saldo nulo no 2º trimestre para uma capacidade líquida de financiamento de 0,5% do PIB, em resultado de um aumento da receita (2,9%) superior ao aumento da despesa (1,9%).



Figura 1. Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (em % do PIB, ano acabado no trimestre)



Famílias: capacidade de financiamento das Famílias aumentou para 1,1% do PIB

A capacidade de financiamento das Famílias aumentou para 1,1% do PIB no 3º trimestre de 2023 (mais 0,5 p.p. face ao trimestre anterior), como resultado do aumento de 14,9% da poupança (9,7% no trimestre anterior).

A taxa de poupança das Famílias (figura 2) atingiu 6,6%, o que representa um aumento de 0,8 p.p. relativamente ao trimestre anterior. Este resultado foi consequência do aumento de 1,9% do RDB (2,0% no trimestre anterior), superior ao crescimento de 1,1% do consumo privado. Lembra-se que, salvo indicação em contrário, as variáveis aqui apresentadas são expressas em termos nominais, o que, no caso do consumo privado, significa que a sua evolução é marcada pelo comportamento dos preços. Em termos reais, o consumo privado registou uma variação nula no ano acabado no 3º trimestre de 2023.

A figura 3 apresenta a decomposição da taxa de variação (1,9%) do RDB das Famílias no ano acabado no 3º trimestre de 2023. As remunerações e o saldo dos rendimentos de propriedade contribuíram em 1,6 e 0,4 p.p., respetivamente, para aquela taxa de variação, sendo ainda de destacar a contribuição negativa dos impostos (sobre o rendimento e património) em 0,3 p.p..

O RDB nominal *per capita* das Famílias atingiu 17,0 mil euros no 3º trimestre de 2023, o que representou um aumento de 1,8%, relativamente ao trimestre anterior. As remunerações *per capita* atingiram 11,9 mil euros, mais 2,3% que no trimestre anterior.

O RDB ajustado (RDBa) difere do RDB por incluir o valor dos bens e serviços adquiridos ou produzidos pelas AP ou ISFLSF e que se destinam ao consumo das Famílias, como sejam, por exemplo, participações na aquisição de medicamentos pelas famílias. O RDBa *per capita* em termos reais, o qual utiliza o índice de preços implícito no consumo final como deflator e constitui um indicador mais adequado num contexto de inflação elevada,



aumentou 0,7% no 3º trimestre de 2023, após um crescimento de 0,6% no trimestre anterior. Por outro lado, o consumo final real *per capita* diminuiu 0,1% no 3º trimestre de 2023 (aumento de 0,3% no trimestre anterior).

A FBCF das Famílias, que corresponde essencialmente à FBCF em habitação, registou uma taxa de variação de 0,3% no 3º trimestre de 2023 (0,5% no trimestre anterior). A taxa de investimento das Famílias (medida através do rácio entre a FBCF e o rendimento disponível) atingiu 5,8%, menos 0,1 p.p. que no trimestre anterior.

Figura 2. Taxa de poupança das Famílias (%; ano acabado no trimestre)

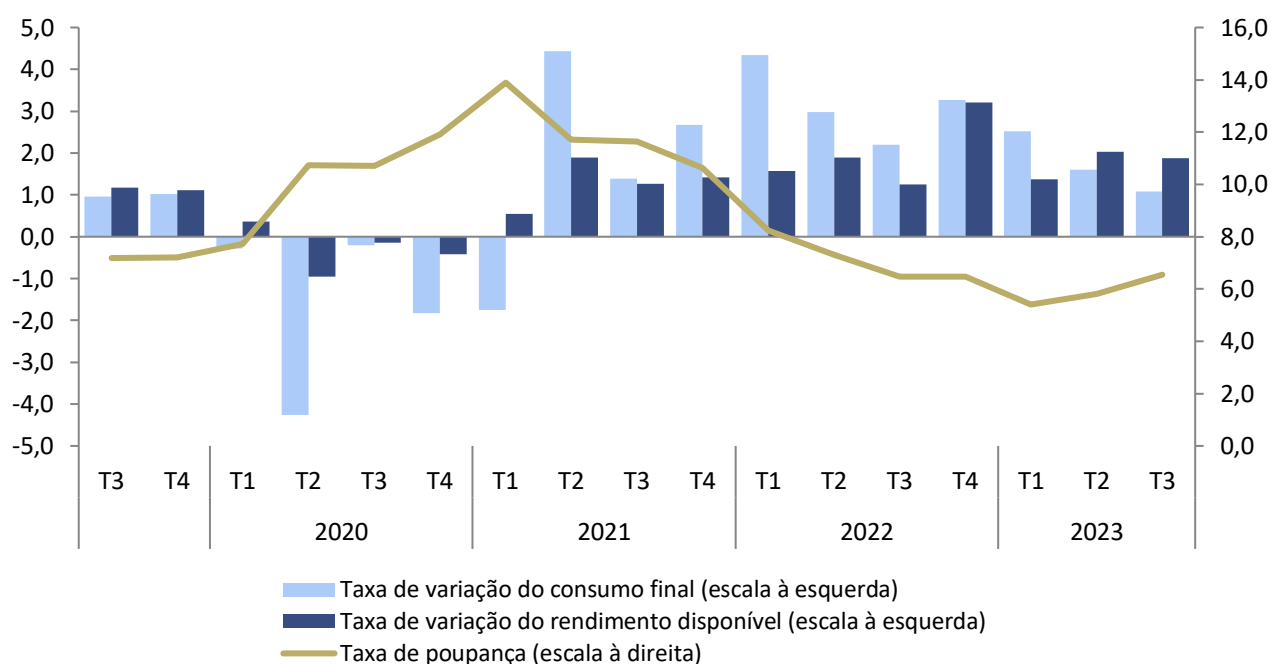
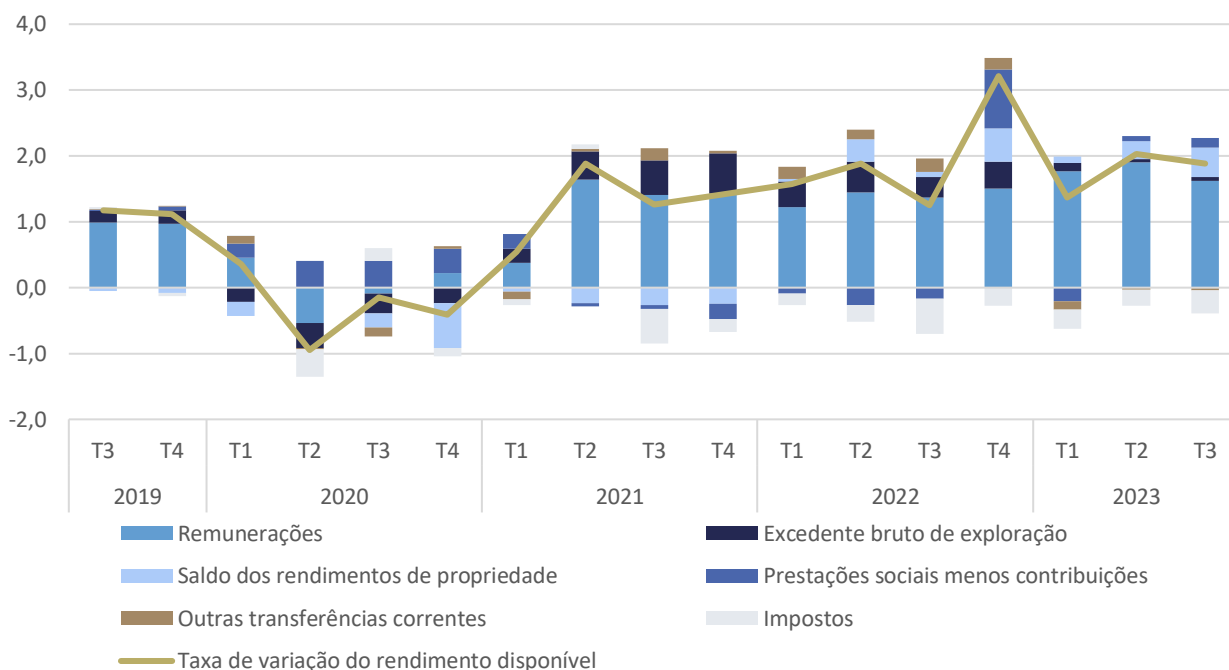




Figura 3. Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias (p.p., ano acabado no trimestre)



Sociedades Não Financeiras: necessidade de financiamento situou-se em 1,1% do PIB

A necessidade de financiamento das SNF situou-se em 1,1% do PIB no 3º trimestre de 2023, menos 0,2 p.p. que no trimestre anterior e menos 2,9 p.p. que no trimestre homólogo.

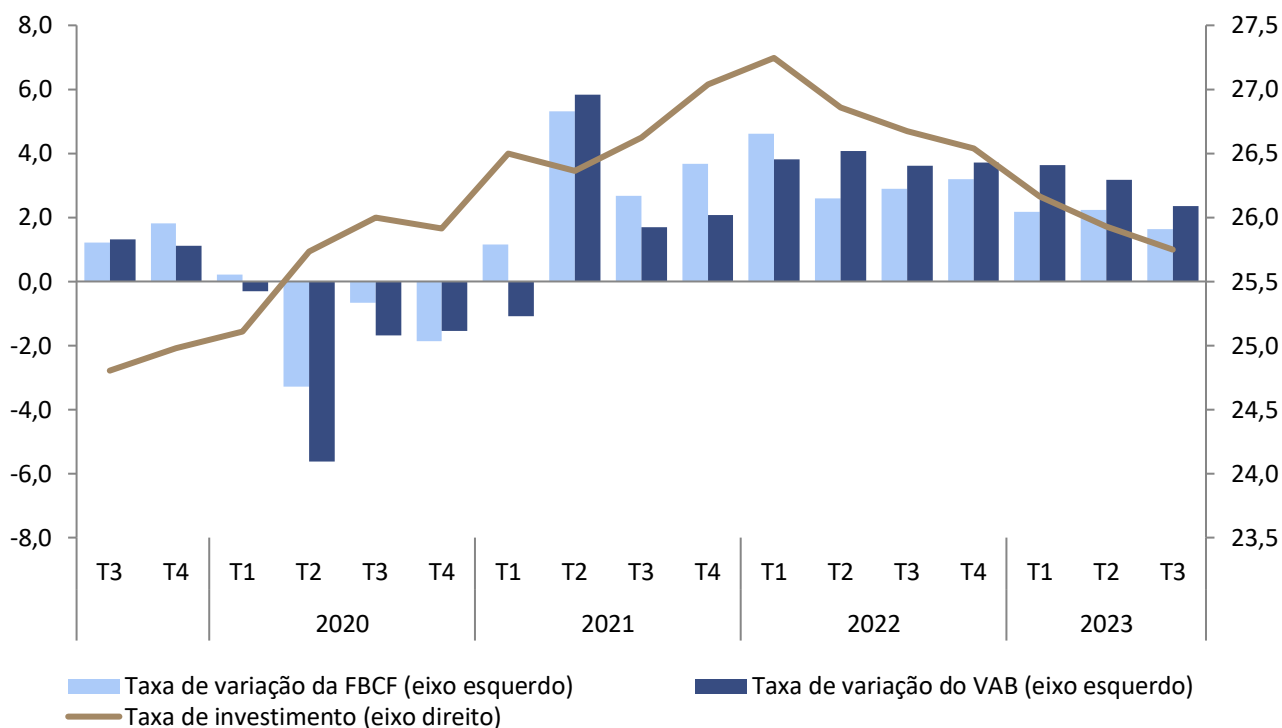
O VAB registou um aumento de 2,3%, menos 0,9 p.p. que no trimestre anterior. Este aumento foi acompanhado pelo crescimento em 2,6% das remunerações pagas, o que conduziu a uma desaceleração do Excedente Bruto de Exploração para 1,7% (crescimento de 3,4% no trimestre anterior).

A taxa de margem operacional líquida do setor fixou-se em 24,2% (menos 0,2 p.p. que no trimestre anterior). Esta taxa é obtida pelo rácio entre o Excedente de Exploração Líquido e o Valor Acrescentado Líquido e corresponde à percentagem de valor criado nas empresas destinada à remuneração dos recursos financeiros obtidos.

Para a diminuição da necessidade de financiamento contribuiu principalmente o crescimento já referido do VAB, e conseqüentemente da poupança, que mais do que compensou o aumento da FBCF. No 3º trimestre de 2023, a FBCF aumentou 1,6% (2,2% no trimestre anterior). A taxa de investimento (medida através do rácio entre a FBCF e o VAB) fixou-se em 25,7%, o que representou um decréscimo em 0,2 p.p. face ao trimestre anterior, em consequência do crescimento superior do VAB relativamente à FBCF.



Figura 4. Taxa de Investimento (FBCF/VAB) das Sociedades Não Financeiras (%; ano acabado no trimestre)



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento fixou-se em 2,2% do PIB

A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras fixou-se em 2,2% do PIB no 3º trimestre de 2023 (menos 0,2 p.p. que no trimestre anterior). O VAB do setor que integra a margem de intermediação financeira obtida pelas instituições bancárias na concessão de crédito e na captação de depósitos (Serviço de Intermediação Financeira Indiretamente Medido – SIFIM)³, registou um aumento expressivo de 9,3% (variação de 9,2% no trimestre anterior). Este resultado foi contrariado pelo agravamento do saldo negativo dos rendimentos de propriedade, com os rendimentos pagos e recebidos a registarem taxas de variação de 20,2% e 10,8%, respetivamente, face ao trimestre anterior.

Em termos de distribuição do VAB setorial, as remunerações pagas aumentaram 1,1%, enquanto o Excedente de Exploração Bruto registou um aumento de 16,7% no 3º trimestre de 2023 (13,3% no trimestre anterior e 67,3% face ao trimestre homólogo).

³ Refira-se que, em Contas Nacionais, a margem de intermediação financeira obtida pelas instituições bancárias na concessão de crédito e na captação de depósitos (designado SIFIM) é registada como produção, influenciando o VAB, e não como juros pagos e recebidos. De forma análoga, o custo suportado pelos restantes setores institucionais nessas operações é registado como consumo intermédio ou como despesa de consumo final. Assim, refletindo o aumento significativo das taxas de juro em particular sobre os créditos obtidos, o SIFIM tem apresentado crescimentos significativos em termos nominais, determinando o aumento do VAB do setor financeiro e influenciando negativamente o VAB dos restantes setores institucionais, nomeadamente as famílias enquanto detentoras de habitação adquirida com recurso a crédito. O aumento do SIFIM suportado pelas famílias enquanto consumidores influencia positivamente a despesa de consumo final.



Administrações Públicas: saldo aumentou 0,5 p.p., fixando-se em 0,5% do PIB

O saldo do setor das AP aumentou 0,5 p.p. no ano terminado no 3º trimestre de 2023, passando de um saldo nulo no 2º trimestre para uma capacidade líquida de financiamento de 0,5% do PIB, em resultado de um aumento da receita (2,9%) superior ao aumento da despesa (1,9%).

Os quadros 3 e 4 apresentam a receita e a despesa no ano acabado no trimestre, em valor e em taxa de variação, respetivamente.

**Quadro 3. Receita e Despesa do setor das
Administrações Públicas (ano acabado no trimestre)**

Unidade: 10⁶ EUR

	2022T3	2022T4	2023T1	2023T2	2023T3
Receita total	104 350,5	106 094,4	108 125,3	110 090,1	113 296,0
Receita corrente	103 042,3	104 614,8	106 441,9	108 105,7	110 988,8
Impostos sobre o rendimento e património	24 935,0	25 689,5	26 207,4	27 105,1	27 838,6
Impostos sobre a produção e importação	36 136,9	36 329,8	36 684,5	36 867,8	37 790,3
Contribuições sociais	28 965,5	29 641,5	30 416,3	31 187,9	31 884,3
Vendas	7 506,5	7 746,5	7 747,6	7 841,5	7 835,5
Outra receita corrente	5 498,4	5 207,5	5 386,2	5 103,5	5 640,2
Receita de capital	1 308,2	1 479,6	1 683,4	1 984,4	2 307,1
Despesa total	101 913,4	106 873,6	107 820,3	110 024,2	112 099,5
Despesa corrente	94 513,0	97 656,3	98 425,8	100 111,4	101 862,2
Prestações sociais	42 747,0	44 841,3	45 037,4	45 874,0	46 811,3
Despesas com pessoal	25 591,9	25 825,1	26 186,1	26 707,9	27 166,3
Juros	4 751,7	4 664,2	4 863,5	5 118,1	5 452,2
Consumo intermédio	13 104,6	13 370,0	13 531,6	13 662,3	13 817,3
Subsídios	2 007,2	2 685,1	2 661,4	2 729,6	2 585,9
Outra despesa corrente	6 310,6	6 270,6	6 145,9	6 019,5	6 029,3
Despesa de capital	7 400,4	9 217,2	9 394,4	9 912,7	10 237,3
Investimento ⁽¹⁾	5 676,6	5 804,1	5 890,9	6 068,8	6 341,6
Outra despesa de capital	1 723,8	3 413,1	3 503,5	3 843,9	3 895,7
Saldo corrente	8 529,3	6 958,5	8 016,1	7 994,3	9 126,6
Saldo total	2 437,1	-779,1	305,0	66,0	1 196,4
Por Memória:					
Despesa corrente primária	89 761,3	92 992,1	93 562,4	94 993,3	96 410,0
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	236 213,4	242 340,8	248 483,9	254 469,6	260 324,8
Saldo em % do PIB	1,0	-0,3	0,1	0,0	0,5

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

A evolução da despesa resultou dos aumentos em 1,7% da despesa corrente e em 3,3% da despesa de capital. A variação da despesa corrente traduz o aumento dos encargos com prestações sociais (2,0%), das despesas com pessoal (1,7%), dos juros (6,5%), do consumo intermédio (1,1%) e da outra despesa corrente (0,2%). Em sentido oposto, verificou-se uma diminuição dos subsídios (-5,3%). A despesa corrente primária, que exclui a componente de juros pagos, aumentou 1,5% no 3º trimestre de 2023.



O aumento da despesa de capital resultou principalmente do crescimento do investimento (4,5%), tendo a outra despesa de capital aumentado de forma moderada (1,3%).

Quadro 4. Taxas de variação da Receita e Despesa do setor das
Administrações Públicas (%; ano acabado no trimestre)

	2022T3	2022T4	2023T1	2023T2	2023T3
Receita total	3,0	1,7	1,9	1,8	2,9
Receita corrente	4,2	1,5	1,7	1,6	2,7
Impostos sobre o rendimento e património	10,6	3,0	2,0	3,4	2,7
Impostos sobre a produção e importação	2,4	0,5	1,0	0,5	2,5
Contribuições sociais	2,2	2,3	2,6	2,5	2,2
Vendas	4,6	3,2	0,0	1,2	-0,1
Outra receita corrente	-1,7	-5,3	3,4	-5,2	10,5
Receita de capital	-45,1	13,1	13,8	17,9	16,3
Despesa total	0,7	4,9	0,9	2,0	1,9
Despesa corrente	0,7	3,3	0,8	1,7	1,7
Prestações sociais	0,8	4,9	0,4	1,9	2,0
Despesas com pessoal	0,7	0,9	1,4	2,0	1,7
Juros	-1,9	-1,8	4,3	5,2	6,5
Consumo intermédio	1,3	2,0	1,2	1,0	1,1
Subsídios	-7,0	33,8	-0,9	2,6	-5,3
Outra despesa corrente	3,4	-0,6	-2,0	-2,1	0,2
Despesa de capital	0,9	24,6	1,9	5,5	3,3
Investimento ⁽¹⁾	-0,1	2,2	1,5	3,0	4,5
Outra despesa de capital	4,4	98,0	2,6	9,7	1,3
Por Memória:					
Despesa corrente primária	0,8	3,6	0,6	1,5	1,5

(1) Inclui Formação bruta de capital e Aquisições Líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

A receita total aumentou 2,9% no ano acabado no 3º trimestre de 2023, tendo a receita corrente subido 2,7% e a receita de capital 16,3%. O comportamento da receita corrente reflete aumentos de todas as suas componentes, exceto das vendas, destacando-se o aumento de 2,7% da receita de impostos sobre o rendimento e património, 2,5% da receita de impostos sobre a produção e importação e 2,2% da receita de contribuições sociais. Por outro lado, o aumento da receita de capital está relacionado com a maior utilização de fundos da União Europeia para financiamento de despesa de capital, designadamente no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência.

Para possibilitar uma comparação entre os valores trimestrais em alternativa ao ano acabado no trimestre, o quadro 5 apresenta os valores da receita e da despesa do setor das AP e respetiva percentagem no PIB para os terceiros trimestres de 2022 e 2023.

Quadro 5. Receita e Despesa do setor das Administrações Públicas
(valores trimestrais)

	3º trimestre de 2022		3º trimestre de 2023		Variação em valor (%)
	10 ⁶ EUR	% PIB	10 ⁶ EUR	% PIB	
Receita total	30 010,2	48,6	33 216,0	49,1	10,7
Receita corrente	29 758,6	48,2	32 641,7	48,3	9,7
Impostos sobre o rendimento e património	9 722,0	15,7	10 455,5	15,5	7,5
Impostos sobre a produção e importação	9 633,8	15,6	10 556,3	15,6	9,6
Contribuições sociais	7 289,5	11,8	7 985,9	11,8	9,6
Vendas	2 053,3	3,3	2 047,4	3,0	-0,3
Outra receita corrente	1 060,0	1,7	1 596,7	2,4	50,6
Receita de capital	251,6	0,4	574,3	0,8	128,3
Despesa total	25 904,8	41,9	27 980,2	41,4	8,0
Despesa corrente	24 218,0	39,2	25 968,8	38,4	7,2
Prestações sociais	11 702,0	18,9	12 639,3	18,7	8,0
Despesas com pessoal	6 000,2	9,7	6 458,6	9,5	7,6
Juros	1 237,4	2,0	1 571,4	2,3	27,0
Consumo intermédio	3 266,5	5,3	3 421,5	5,1	4,7
Subsídios	495,7	0,8	352,1	0,5	-29,0
Outra despesa corrente	1 516,2	2,5	1 525,9	2,3	0,6
Despesa de capital	1 686,8	2,7	2 011,4	3,0	19,2
Investimento ⁽¹⁾	1 373,8	2,2	1 646,6	2,4	19,9
Outra despesa de capital	313,0	0,5	364,8	0,5	16,5
Saldo corrente	5 540,7	9,0	6 672,9	9,9	
Saldo total	4 105,4	6,6	5 235,9	7,7	
Por Memória:					
Despesa corrente primária	22 980,6	37,2	24 397,4	36,1	6,2

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Considerando os valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP no 3º trimestre de 2023 atingiu 5 235,9 milhões de euros, correspondendo a 7,7% do PIB, o que compara com 6,6% no período homólogo. Face ao mesmo período do ano anterior, verificou-se um aumento de 10,7% da receita e de 8,0% da despesa.

Por componentes da despesa, registou-se um aumento de 7,2% da despesa corrente, em resultado do crescimento das prestações sociais pagas (8,0%), das despesas com pessoal (7,6%), tendo os encargos com juros registado um aumento de 27,0%, o consumo intermédio de 4,7% e a outra despesa corrente de 0,6%. Por outro lado, a despesa com subsídios diminuiu 29,0%. A despesa corrente primária, que exclui os juros pagos, aumentou 6,2%. A despesa de capital aumentou 19,2%, em resultado do crescimento de 19,9% do investimento e de 16,5% da outra despesa de capital, por efeito de uma maior utilização de verbas do Plano de Recuperação e Resiliência para ajudas ao investimento.



O crescimento de 9,7% da receita corrente traduz aumentos em todas as suas componentes, exceto as vendas. Os impostos sobre o rendimento e património, sobre a produção e importação, as contribuições sociais e a outra receita corrente cresceram 7,5%, 9,6%, 9,6% e 50,6%, respetivamente. A receita de capital registou um aumento de 128,3%, em consequência da já referida maior utilização de fundos da União Europeia para financiamento de despesa de capital.

O quadro 6 apresenta os valores para o conjunto dos três trimestres da receita e da despesa do setor das AP e respetiva percentagem no PIB de 2022 e 2023.

Quadro 6. Receita e Despesa do setor das Administrações Públicas
(valores acumulados ao 3º trimestre)

	1º - 3º trimestre de 2022		1º - 3º trimestre de 2023		Variação em valor (%)
	10 ⁶ EUR	% PIB	10 ⁶ EUR	% PIB	
Receita total	77 368,5	43,2	84 570,1	42,9	9,3
Receita corrente	76 611,6	42,8	82 985,7	42,1	8,3
Impostos sobre o rendimento e património	18 862,6	10,5	21 011,7	10,7	11,4
Impostos sobre a produção e importação	27 080,1	15,1	28 540,6	14,5	5,4
Contribuições sociais	21 214,6	11,9	23 457,4	11,9	10,6
Vendas	5 645,9	3,2	5 734,9	2,9	1,6
Outra receita corrente	3 808,4	2,1	4 241,1	2,2	11,4
Receita de capital	756,9	0,4	1 584,4	0,8	109,3
Despesa total	72 749,9	40,7	77 975,8	39,6	7,2
Despesa corrente	68 345,4	38,2	72 551,3	36,8	6,2
Prestações sociais	31 084,1	17,4	33 054,1	16,8	6,3
Despesas com pessoal	18 471,1	10,3	19 812,3	10,1	7,3
Juros	3 558,0	2,0	4 346,0	2,2	22,1
Consumo intermédio	9 465,7	5,3	9 912,9	5,0	4,7
Subsídios	1 321,0	0,7	1 221,8	0,6	-7,5
Outra despesa corrente	4 445,4	2,5	4 204,2	2,1	-5,4
Despesa de capital	4 404,5	2,5	5 424,5	2,8	23,2
Investimento ⁽¹⁾	3 642,2	2,0	4 179,7	2,1	14,8
Outra despesa de capital	762,3	0,4	1 244,8	0,6	63,3
Saldo corrente	8 266,2	4,6	10 434,4	5,3	
Saldo total	4 618,7	2,6	6 594,2	3,3	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Considerando valores para o conjunto dos três trimestres de 2023, o saldo das AP foi positivo, representando 3,3% do PIB, registando-se uma melhoria deste indicador face a igual período de 2022 (2,6% do PIB).

Em termos homólogos, observa-se um crescimento da receita total de 9,3%, enquanto a despesa total aumentou 7,2%. Na receita destacam-se os aumentos na receita fiscal, nas contribuições sociais e na outra despesa corrente (7,9%, 10,6% e 11,4%, respetivamente). Do lado da despesa salientam-se os aumentos



percentuais dos encargos com juros (22,1%) e da despesa de capital (23,2%), tendo as prestações sociais e as despesas com pessoal registado um contributo apreciável para o crescimento da despesa.

O quadro 7 sintetiza os principais ajustamentos efetuados na passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional para o terceiro trimestre de 2022 e 2023.

Quadro 7. Passagem de saldos de Contabilidade Pública para Contabilidade Nacional

	Unidade: 10 ⁶ EUR	
	2022T3	2023T3
Saldo em contabilidade pública:	4 462,4	5 271,1
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	496,7	-31,7
Diferença entre juros pagos e devidos	-381,9	-375,4
Outros valores a receber:	-48,6	106,6
Ajustamento temporal de impostos e contribuições	-114,8	6,7
Outros	66,2	99,9
Outros valores a pagar:	-8,2	80,3
Encargos assumidos e não pagos	-32,3	-42,0
Outros	24,2	122,3
Outros ajustamentos:	-415,1	184,9
dos quais:		
Injeções de capital e assunção de dívidas	-325,5	-274,6
Saldo em contabilidade nacional:	4 105,4	5 235,9
PIB ⁽¹⁾	61 775,7	67 630,9
Saldo em contabilidade nacional em % do PIB	6,6	7,7

⁽¹⁾ Dados não ajustados de sazonalidade e de efeitos de calendário

Tomando em consideração o 3º trimestre de cada ano, verificou-se uma melhoria do saldo quer em contabilidade nacional, quer em contabilidade pública. Em contabilidade nacional, o saldo das administrações públicas passou de 6,6% do PIB no 3º trimestre de 2022 para 7,7% no trimestre homólogo de 2023. O valor das injeções de capital e assunção de dívidas no 3º trimestre de 2023 foi, na sua totalidade, destinado a entidades do setor das AP, sem impacto no saldo agregado.

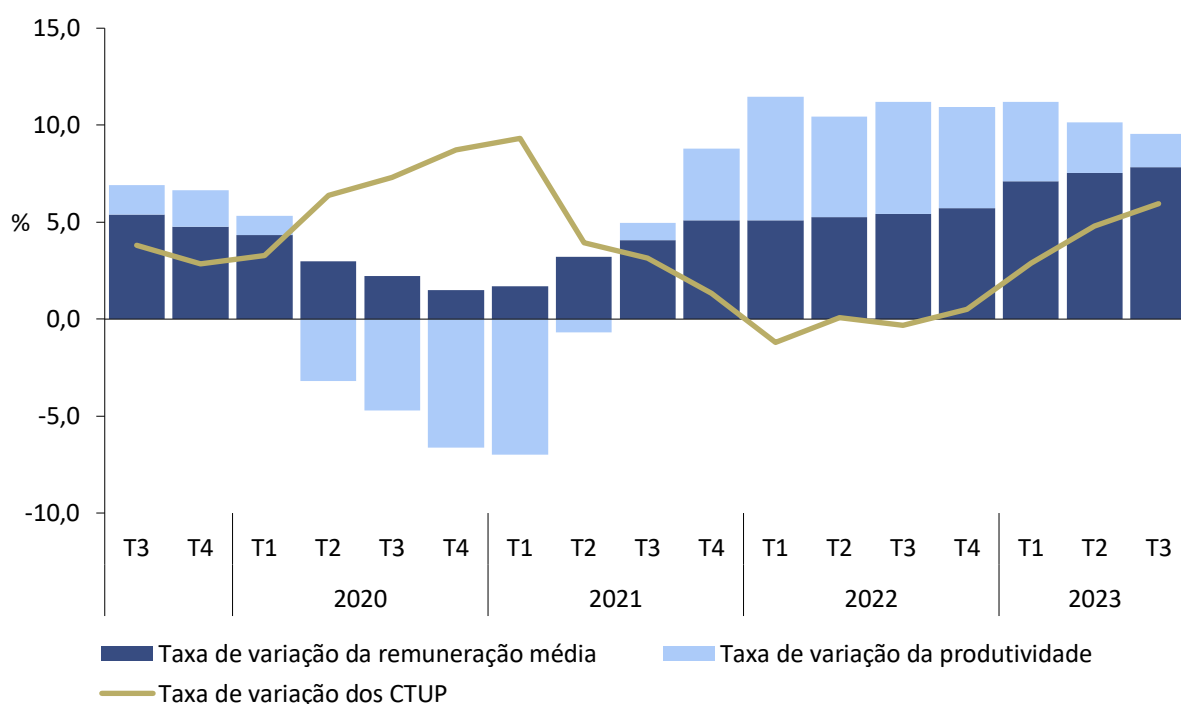
Adicionalmente, tal como referido nas publicações anteriores, devido às medidas de pagamento fracionado de impostos e contribuições sociais tomadas no contexto da pandemia COVID-19, que foram prolongadas no atual contexto do conflito geopolítico, foi feito um ajustamento na receita do período em que se gerou a obrigação de pagamento.



Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) aumentaram 6,0%

No ano acabado no 3º trimestre de 2023, os CTUP aumentaram 6,0% em termos homólogos, que compara com uma taxa de variação de 4,8% no trimestre anterior. Este resultado deveu-se ao crescimento de 7,8% da remuneração média, que superou o aumento de 1,7% da produtividade.

Figura 5. Taxa de variação homóloga dos CTUP (%; ano acabado no trimestre)





NOTA METODOLÓGICA

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) para o 3º trimestre de 2023.

Para uma melhor leitura dos resultados deve-se ter presente que, salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente. Devido a arredondamentos, a soma das parcelas dos indicadores económicos apresentados pode não coincidir com o resultado para o total da economia.

Salvo indicação em contrário, os agregados das CTSI estão expressos exclusivamente em termos nominais e diferem das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) por estes serem ajustados de flutuações sazonais e de efeitos de calendário. Os resultados são apresentados para o total da economia e com detalhe por setor institucional.

Além dos quadros anexos a este destaque, informação adicional está disponível no Portal do INE:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais&xlang=pt

Revisões das estimativas anteriores

Os resultados agora apresentados incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados.

Deve referir-se a integração das versões mais recentes da Balança de Pagamentos e das Estatísticas Monetárias e Financeiras produzidas pelo Banco de Portugal, bem como a informação mais recente das estatísticas do comércio internacional de bens e de dados atualizados sobre o setor das AP. Em consequência da informação adicional apropriada após a publicação de 30 de novembro, também as contas trimestrais para o conjunto da economia foram revistas, assegurando-se assim a total consistência dos agregados de contabilidade nacional agora disponibilizados. Face às estimativas anteriores, os novos resultados não determinaram revisões nas taxas de variação do PIB.

Relativamente ao saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública, importa esclarecer o seguinte:

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública, mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que as aquisições, por entidades das AP, de



participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.

SIGLAS E DESIGNAÇÕES

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), sendo de destacar as seguintes definições:

Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento: A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo final individual – O consumo final individual corresponde à soma do consumo privado das famílias com a despesa das Administração Públicas com bens e serviços que se destinam ao consumo das Famílias.

Despesa de Consumo Final: O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Custos do Trabalho por Unidade Produzida (CTUP): Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF): A Formação Bruta de Capital Fixo (P.51g) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (Investimento): A Formação Bruta de Capital (P.5) inclui a FBCF (P.51g), a Variação de Existências (P.52) e as Aquisições (Líquidas de Cessões) de Objetos de Valor (P.53).

Rendimento Disponível: Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Disponível Bruto (RDB) ajustado das Famílias: Corresponde à soma do rendimento disponível bruto das Famílias e das transferências sociais em espécie, ou seja, inclui o valor dos bens e serviços adquiridos ou produzidos pelas AP ou ISFLSF e que se destinam ao consumo das Famílias, como sejam, por exemplo, comparticipações na aquisição de medicamentos pelas famílias.

RDB ajustado real das Famílias: Corresponde ao RDB ajustado das Famílias deflacionado com o índice de preços implícito na despesa de consumo final das Famílias.

Rendimento Nacional Bruto (RNB): O RNB (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.



Rendimentos de propriedade: Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança: A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB): O PIB (a preços de mercado) representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIB é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIB é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Setor institucional: O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Os setores institucionais são os seguintes: Sociedades Não Financeiras (S.11); Sociedades Financeiras (S.12); Administrações Públicas (S.13); Famílias e Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF)(S.1M); Resto do Mundo (S.2).

Taxa de investimento das Famílias: A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Taxa de investimento das Sociedades Não Financeiras: A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Taxa de margem operacional das Sociedades Não Financeiras: É obtida pelo rácio entre o Excedente de Exploração Líquido e o Valor Acrescentado Líquido e corresponde à percentagem de valor criado nas empresas que se destina à remuneração dos recursos financeiros obtidos.

Taxa de poupança das Famílias: A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Data do próximo destaque das Contas Nacionais Trimestrais por Setor Institucional – 25 de março de 2023
